

PAÇO REAL DE CAXIAS

Margarida Elias

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa



Paço Real de Caxias. Fot. Margarida Elias, 2017.

Introdução

A Quinta Real de Caxias, situa-se na Freguesia de Paço de Arcos, na proximidade do Rio Tejo. Desde 1953 que está classificada como Imóvel de Interesse Público (Dec. 39175). Da Quinta Real faz parte o jardim, hoje na posse da Câmara Municipal de Oeiras e em recuperação, e o antigo Paço, sendo este último (juntamente com uma construção secundária que lhe é adjacente), que está destinado a acolher uma unidade hoteleira, no âmbito do projecto Revive.

A entrada para o Paço faz-se através de um pátio interior murado com um portão. Passando esse muro, temos do lado esquerdo um edifício moderno da Manutenção Militar, em frente a referida construção secundária e, à direita, o edifício do Paço, que, assim como os jardins, se enquadra sobretudo no estilo barroco.

HISTÓRIA

Caxias é uma vila de fundação antiga onde as famílias fidalgas costumavam ter as suas casas de campo (Colaço, 2013, 125). Embora não existam dados concretos que estabeleçam a datação exacta para a edificação da quinta, a maioria das fontes aponta para ter sido D. Francisco (1691-1742), Duque de Beja, terceiro filho de D. Pedro II,

que a mandou construir. O que é certo é que ela pertenceu à Casa do Infantado (criada em 1654), que estava na posse de D. Francisco desde 1704.

Sabe-se também que quem deu o maior impulso a esta obra foi o futuro rei D. Pedro III (1717-1786), irmão de D. José, que se casou com sua sobrinha e futura rainha D. Maria I (1734-1816), em 1760 – assumindo o trono em 1777.

Foi na década de 70 do século XVIII que se iniciaram os trabalhos do então chamado *Jardim Novo* (Rodrigues, 2009, 29), sendo encomendado o desenho deste, com uma cascata e dois pavilhões, ao arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1705-1785) – que também para D. Pedro já dirigira as obras do Palácio de Queluz (1747-1779) e era arquitecto da Casa do Infantado desde 1750 (cf. Queiroz, 2013, 238). O jardim da cascata, na altura chamado *Jardim novo*, começou a ser construído em 1777, estando os custos «a cargo da Casa do Infantado e a expensas do infante D. Pedro» (Queiroz, 2013, 239). O jardim terá ficado concluído provavelmente na década de 80 (Rodrigues, 2013, 383-384).

A encomenda das esculturas, entregue a Machado de Castro (1731-1822) data de 1782. Em 1798, «o grupo central do lago e muitas das esculturas sobre a cascata, assim como do Lago de Hércules, já estavam concluídas» (Rodrigues, 2013, 383-384). Estavam aqui incluídos as estátuas de Júpiter, Diana, musas e Narciso, Ceres, Flora, Leandro e Hero (Beloto in Silveira, 2009, 5). As últimas esculturas foram entregues por Machado de Castro já em 1817. Estas peças foram feitas em barro pintado de branco para imitar a pedra (Rodrigues, 2013, 383-384)

Em 5 de Setembro de 1785 teria início a construção do edifício principal do Paço (Beloto, 2016, 19), mas é de crer que já existissem construções anteriores, pois sabe-se que D. Pedro e D. Maria I costumavam ir a Caxias no Verão, onde iam jantar ou permaneciam alguns dias (Miranda, 2002 a, 5). A 16 de Julho de 1776, na festa de Nossa Senhora do Monte Carmelo¹, D. Pedro promoveu aqui um jantar (Braga, 2013, 138).

Estamos em crer que o que sucedeu foi que D. Francisco projectou «uma quinta rural», que estaria em parte construída, quando D. Pedro a decidiu transformar «num palácio de

¹ Segundo Mónica Queiroz: «(...) na quinta de Caxias existiria uma Ermida dedicada a Nossa Senhora do Carmo e em que ainda resta um vestígio, o lavatório da antiga sacristia» (Queiroz, 2013, 241).

pequena dimensão» (Queiroz, 2013, 238). Carlos Beloto também notou que existiram várias «fases de construção, tendo a propriedade aumentado por sucessivas incorporações de outros casais, unificando as várias parcelas (...)» (Beloto, 2009, 4).

A morte de D. Pedro em 1786 (um ano depois da morte de Vicente de Oliveira), impediu-o de assistir ao desenvolvimento das obras, o que terá resultado na «pobreza artística do Paço» (Beloto, 2016, 19). Contudo, deveremos realçar a importância do rei, no que respeita ao gosto que se imprimiu no delineamento do Palácio e dos jardins, e que se nota, por exemplo, nos azulejos da fachada principal, que reflectem o seu interesse pelas lutas de animais. Nesse ano de 1786, estavam apenas concluídas a casa do Almojarife e a do Pessoal da Quinta (Beloto, 2016, 19)

Nas disposições testamentárias de D. Pedro III, a quinta de Caxias passou para o seu filho, o infante D. João (Braga, 2013, 277), futuro rei D. João VI, que deu continuidade à construção (Miranda, 2002 b, 5). O Paço terá ficado concluído em 1796, pois entre Julho de 1796 e Janeiro de 1797, fizeram-se as pinturas na casa, realizadas por Manuel Gonçalves (Beloto, 2016, 19). As obras da Quinta só foram dadas como concluídas em 1825, quando se extinguiu a Casa das Obras de Caxias (Rodrigues, 2009, 28); mas já desde o regresso do Brasil (1821), que D. João VI e as suas filhas Isabel Maria (1801-1876) e D. Maria da Assunção (1805-1834), costumavam ir a Caxias.

Entre 1826, data da morte de D. João VI, e 1832, o Paço de Caxias esteve abandonado. Nesse ano, D. Miguel de Bragança ocupou-o entre Junho e Setembro (Miranda, 2002 b, 5). Segundo Ramalho Ortigão foi: «residência predilecta do snr. D. Miguel nos ultimos tempos do seu reinado» (Ortigão, 1876, 74-75).

Data de 18 de Março de 1834, o Decreto de Extinção da Casa do Infantado, pelo que o Paço e a Quinta foram incorporados na Fazenda Nacional. No entanto, este Palácio, foi destinado para residência de verão (Miranda, 2002 b, 5; cf. também Barbosa, 1863, 378). Por aqui passou mais longamente D. Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), segunda mulher de D. Pedro IV (1798-1834), Imperatriz e Duquesa de Bragança (Saraiva, 2004, 5). Esta vinha com a sua filha, a princesa Amélia (1831-1853). Diz-se que a rainha fora «cativada do sossego da quinta real e das lindas vistas do Tejo e que fez em Caxias «longas e saboreadas estadias» (Colaço, 2013, 126).

Em meados do século XIX, D. Maria II e o rei D. Fernando vinham passar a época banhar a Caxias (*Guia de Portugal*, 603), mas como «o palacio era de dimensões muito acanhadas, a rainha (...), para dar outro aspecto e mais largueza aos aposentos, adquiriu por compra a casa de Massarellos, (...) com a qual» passou a comunicar «por meio d'uma espaçosa escadaria de pedra (...)» (Pereira et al., 1906, 961).

No ano de 1861, a Quinta de Caxias serviu de residência a D. Luís, durante algumas semanas: «Durante algum tempo ficaram em Caxias os régios personagens que passeavam na quinta e costumavam quasi sempre deter-se na cascata magnifica que n'ella se eleva» (s.a., 1905, 748-749). Branca Colaço afirmou este foi «o único Paço que os nossos reis tiveram à beira mar, antes de D. Luís ter tido a bela ideia de adaptar a residência real a casa modesta dos governadores da cidadela de Cascais» (Colaço, 2009, 124).

Em 1905, o Paço Real já não servia para residência real (s.a., 1905, 748), mas ainda a capela era ainda utilizada no Verão (Pereira et al., 1906, 961).

Em 3 de Setembro de 1908, por ordem de D. Manuel II, os terrenos da Quinta foram divididos, ficando a parte urbana, composta pelo Palácio e Jardim da Cascata, entregue ao Ministério da Guerra e ocupada pelo Quartel do Governo do Campo Entricheirado de Lisboa; a parte rústica foi entregue ao Ministério da Justiça e ocupada pela Casa de Correção (cf. Miranda, 2002 b, 5; Fernandes, 1958, 69-70).

Extincto o Campo Entricheirado em 1926, no ano seguinte, 1927, o Paço passou a ser usado pela Escola Central de Oficiais, criada em 1911 (Dec. 13645 de 21/3), substituída posteriormente pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) - criado em 1940 (Silveira, 2009, 4; s.a., 1987, 9-10).

Nos anos 40 do século XX, o antigo Paço Real encabeçava um bairro militar, «com o seu movimento contínuo de oficiais» (Colaço, 2013, 122). O Salão Nobre foi utilizado como Sala do Relacionamento e o Quarto de Dormir como Sala da Selecção de Praças. A capela «foi adaptada (...) a cinema», sendo, nessa década, ou posteriormente, separada horizontalmente em dois andares ao nível do coro. Em quase todas as salas

funcionavam «aulas para oficiais» (Colaço, 2013, 125) e, em 1945, foi demolida uma parede para alargamento de uma sala de aula².

Data de 20 de Junho de 1952, um Parecer da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, chamava a atenção para a «antiga edificação» que passara «por transformações e obras de adaptação que em parte lhe modificaram o antigo traçado», mas ainda apresentava «um conjunto geral de construções, com vários elementos que são dignos de conservar»³. A 17 de Abril de 1953, os «jardins, as esculturas e as duas salas com pintura decorativa do antigo Paço Real de Caxias» foram classificados como Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 39175 do Ministério da Educação Nacional.

Desde cedo que a Quinta e o Paço mostravam sinais de necessidade de recuperação, que começou por um dos pavilhões que servia de protecção de um poço e ameaçava ruína⁴ (1955). Desde 1956, que se notava que os grupos escultóricos se estavam a degradar⁵. Feita a vistoria por parte da Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais (DSMN), concluiu-se que o imóvel necessitava de obras diversas, que incluíam os muros, edifícios, arruamentos e estátuas⁶.

Em 1958, o Instituto de Altos Estudos Militares deixou a Quinta Real de Caxias e transferiu-se para Pedrouços (s.a., 1987, 11). O Exército ainda continuou a utilizar algumas construções. As casas que corresponderiam em frente da entrada, foram usados para acomodação de famílias de militares. José Gutierrez, em 1970, escreveu que «num dos pavilhões dos belos jardins do palácio está instalada uma estação telegráfica militar, conhecida por “Estação de Massarelos” (...)» (Gutierrez, 1970, 8). Entretanto, ainda antes de 1973, foi construído um edifício, hoje destinado à Manutenção Militar, aproximadamente no lugar onde, segundo a planta de 1844, existiam as Cocheiras. Em 1967-1969, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) ainda procedeu a reparações, nomeadamente nos Pavilhões do jardim e para resolver os estragos causados pelo sismo de Fevereiro de 1969⁷.

² DGEMN:DSARH-006/175-0287/16, TXT.06227194 (19/6/1944), TXT.06227199 (20/7/1944); TXT.06227216 (24/7/1944) e TXT.06227278 (18/10/1945).

³ DGEMN:DSID-001/075-0006, TXT.01561662 (20/6/1952).

⁴ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537086 (23/11/1954).

⁵ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537092 (26/7/1956).

⁶ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537101 (19/9/1956).

⁷ DGEMN:DSID-001/011-1560/3, TXT. 00537267 (20/6/1969).

Foi o palácio, juntamente com os jardins, que foi mais atingido pelo abandono. No ano de 1968, o Ministério do Exército chamou a atenção para as «infiltrações no telhado [que] começaram a atingir as telas»⁸. O problema residia sobretudo no destino a dar ao Paço, uma vez que o facto de estar desocupado agravava a degradação – o que foi escrito, em 1980, pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC): «(...) grande inconveniência do antigo Paço Real (...) se encontrar desocupado, e, por isso, muito se degradando»⁹.

Mesmo antes da saída do IAEM, em 1952, ponderou-se uma «possível utilização para os Serviços Cartográficos do Exército»¹⁰, mas tal não veio a concretizar-se. Após o 25 de Abril, em 1976, a Direcção dos Monumentos de Lisboa dizia que «(...) o destino a dar às edificações em causa deverá ser determinado pela Direcção Geral do Património [DGPC] (...)»¹¹. Em 22 de Junho de 1977, foi realizada uma visita pela DGPC, cujo relatório chamava atenção para as «transformações e obras de adaptação (...) que alteraram profundamente a leitura que devia ter tido no início». Nas salas do edifício principal, as pinturas encontravam-se «necessitadas de tratamento». Concluía-se: «Todo o conjunto é passível de restauro e valorização, sendo (...) de parecer que poderia com vantagem, ser utilizado para nela instalar serviços dependentes da Secretaria de Estado da Cultura.» A prioridade era, contudo, «iniciarem com urgência as obras de conservação e restauro»¹².

Nesta altura (1977-1978), a DSMN sugeriu que o restauro das pinturas fosse feito pelo Instituto José de Figueiredo (IJF)¹³. Este, após visita ao local, chamava a atenção para o facto das pinturas se encontrarem «em perigo e num estado de progressiva deterioração». Dizia-se que as telas deviam ser removidas para as precaver de mais estragos¹⁴. Só dois anos passados (1979), a obra de restauro da cobertura das salas foi assumida pelos Monumentos de Lisboa¹⁵, realizando-se apenas em 1981¹⁶. Em 1986, o

⁸ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537120(21/11/1968).

⁹ DGEMN:DSID-001/075-0006, TXT.01561886 (15/4/1980).

¹⁰ DGEMN:DSID-001/011-1560/3, TXT. 00537267 (20/6/1969).

¹¹ DGEMN:DSID-001/075-0006, TXT.01561666 (2/9/1952).

¹² DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537132 (14/10/1977).

¹³ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537133 (19/10/1977) e TXT.005317140 (13/4/1978).

¹⁴ DGEMN:DSID-001/075-0006, TXT.01561761 (14/11/1977).

¹⁵ DGEMN:DSID-001/011-1560/2, TXT.00537159 (17/10/1979).

¹⁶ DGEMN:DSID-001/011-1560/3, TXT.00537301 (3/2/1981).

IJF procedeu ao levantamento das telas, que foram posteriormente guardadas em tubos, onde ainda estão, no acervo do Museu Militar no quartel do Entroncamento¹⁷.

Em 1980, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) propunha que aqui se instalasse um «depósito de espécies pertencentes a museus e palácios» que «funcionaria como museu»¹⁸. No ano de 1984, Natália Correia Guedes, presidente do IPPC, dava conhecimento da vontade da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos de estabelecer a sede no Palácio. Natália Guedes era de parecer que seria de autorizar esta cedência, e terminava lembrando a «necessidade de atribuir uma utilização imediata ao Palácio»¹⁹. No entanto, em 1988, o Serviço de Fortificações e Obras do Exército afirmou que iria empreender «a tarefa de remodelação e recuperação com o fim de transformar aquele conjunto em Residência Oficial». A Secretaria de Estado da Cultura dizia que o projecto era de aprovar²⁰. Porém, também esta obra não teve concretização²¹. Entretanto, até cerca de 2002, o palácio servia de depósito do “arquivo morto” do IAEM, conforme alertou Jorge Miranda: «Abandonado e possivelmente ainda a servir de armazém, não beneficia ninguém e é perigoso» (Miranda, 2002 b, 5).

A situação do jardim também era lamentável. Em 1980, o Instituto Nacional de Investigação Agrária visitou o local afirmando que os arruamentos estavam cobertos de vegetação, os lagos infestados e cheios de lixo²². Foi em 1982 que o Arquitecto Paisagista Rodrigo Dias chamou a atenção para o Jardim da Cascata e para o seu avançado estado de degradação (Dias, 1986, 8). A 10 de Janeiro de 1986, a Câmara Municipal de Oeiras e o Ministério da Defesa Nacional assinaram o protocolo de cedência para recuperação, manutenção e utilização do Jardim da Cascata (Beloto, 2009, 6). No ano de 1993, o projecto candidatou-se com êxito ao programa europeu, «Conservação de jardins de valor Histórico» (Beloto, 2009, 7). Entre 1993 e 1997,

¹⁷ Em 2008, Carlos Beloto encontrou, no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direcção de Infra-Estruturas do Comando da Logística, «um documento interno, datado de Abril de 1997, no qual eram dadas instruções para localizar as telas e um lustre da Sala de Jantar do Paço de Caxias. Por essa altura as telas ainda se encontravam no Paço, enroladas em tubos de PVC e embrulhadas em papel. / Logo que foram localizadas, as telas foram depositadas no Museu Militar. O assunto foi retomado em 2001, dado ter-se perdido o rasto das telas. Desta nova investigação apurou-se que as telas estavam guardadas num quartel em Sacavém (acervo do Museu Militar), que entretanto foi desactivado tendo aquelas passado para um novo acervo do Museu Militar no quartel do Entroncamento» (Beloto, 2016, 20-21-22).

¹⁸ DGEMN:DSID-001/075-0006, TXT.01561886 (15/4/1980).

¹⁹ DGEMN:DSARH-010/175-0055, TXT.01561997 (24/6/1984).

²⁰ DGEMN:DSARH-010/175-0055, TXT.01561999 (15/9/1988).

²¹ DGEMN:DSARH-010/175-0055, TXT.01562001 (13/8/1992).

²² DGEMN:DSARH-010/175-0055, TXT.01561992 (5/5/1980).

procedeu-se à recuperação dos jardins, «sob projecto da arquitecta Isabel Soromenho e do arquitecto-paisagista Rodrigo Dias» (Leandro, 2007, 298). Em 1994, teve início o trabalho de recuperação e consolidação das vinte e cinco esculturas em barro. O jardim foi aberto ao público no mês de Julho de 1997.

Data de 2003 a formação do Clube Real Quinta de Caxias com o objectivo de recuperar e reabilitar o espaço. No ano de 2007, Carlos Beloto, Professor Coordenador de Conservação e Restauro da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), visitou a Quinta (Silveira, 2009, 4). Em Outubro de 2008, foi adjudicado pela Autarquia ao Instituto de Artes e Ofícios da UAL, sob coordenação de Carlos Beloto, o trabalho de recuperação e consolidação de estruturas da Cascata, conclusão do restauro de algumas estátuas e execução de sete réplicas (Beloto, 2009, 8). Em Julho de 2009, finalizou a primeira fase da intervenção de Carlos Beloto (Silveira, 2009, 4). Em 20 de Setembro, reabriu-se o jardim ao público (Silveira, 2009, 4) e as estátuas originais de Machado de Castro foram colocadas no Pavilhão da Casa da Nora (onde ainda estão).

Entretanto, desde 2009 que se previa a utilização destas instalações para equipamentos de hotelaria (cf. *Jornal de Oeiras*, 19/5/2009).

O EDIFÍCIO

O edifício principal do Paço Real de Caxias, citando Vilhena Barbosa, «é um edifício de mui acanhadas dimensões e de modesta fabrica» (Barbosa, 1863, 378). Tem planta poligonal e dois pisos, juntando dois corpos através de um arco, sendo um dos corpos, à direita, correspondente ao palácio, e o outro corpo, do lado esquerdo, sobretudo ocupado pela antiga capela e suas dependências.

Apesar de pertencer ao período tardo-barroco, tem uma configuração simples, que se nota particularmente na fachada sul, que dá para a rua, recortada por janelas, dentro uma lógica que também acotecia em Queluz: «(...) A fachada (...) virada para a estrada, por assim dizer, não existia. Sobre o mundo exterior, continuava a não haver mais do que edifícios pobres, dignos de um solar rústico: o mundo da corte e o mundo dos comuns mortais encontravam-se nitidamente separados. (...)» (França, 1977, 264). Um alto muro, embora recortado por um portão e janelas, separava a estrada do pátio de entrada da Quinta.

O maior investimento decorativo do palácio encontra-se na fachada principal, cingida por cunhais rematados por pináculos, virada a ocidente, para o pátio interior. Para aceder ao piso nobre sobe-se uma escada, que dá acesso a um terraço. A parede exterior que dá para o terraço é aberta por três portas e janelas, sendo a restante superfície coberta de azulejos figurativos azuis e brancos «do final do período pombalino» (Leandro, 2007, 297). Santos Simões, em 1959, asseverou que estes azulejos eram «notabilíssimos», a «composição é das mais felizes e será de ca. 1760 (...)» (Simões, 1959).

As divisões interiores distribuíam-se nos dois pisos e no sótão. No piso térreo localizavam-se as áreas de apoio. No primeiro andar, piso superior, as salas organizavam-se «em volta de um corredor central e de salas adjacentes». Neste piso salientam-se as duas salas classificadas: a Sala de Jantar (ou Salão Nobre) e o Quarto de Dormir, que possuíam maior investimento decorativo, com pinturas nas paredes e nos tectos (Beloto, 2016, 8).

O Salão Nobre tinha lambris azulejares, que, entretanto, foram roubados. De acordo com Santos Simões (1959), estes azulejos, «com painéis de tipo grinaldas e rodapé de azulejo marmoreado amarelo», eram «de qualidade excepcional, (...) talvez do Rato e de época compreendida entre 1790 e 1800» (Simões, 1959). As telas foram aplicadas sobre o tecto e as paredes, destacando-se a pintura da parede norte que figura «O Julgamento de Páris» (cf. Beloto, 2016, 11).

O quarto principal que foi utilizado pela Imperatriz D. Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), possui igualmente tinha as paredes e o tecto também revestidas com telas pintadas. A decoração desta sala insere-se no estilo *rocaille*. Aqui devemos salientar, para além das pinturas parietais, a pintura do tecto que figura uma cena alegórica, figurando a *Flora* e três *putti*, e os medalhões com paisagens. Estas telas do quarto são da autoria de Joaquim Marques, um pintor e decorador (1755-1822), que se especializou na representação de paisagens e flores, que colaborara nas obras do Palácio de Queluz (Beloto, 2016, 19; Machado, 1823, 231-232).

Outras salas eram decoradas com azulejos, tanto no piso nobre, nas duas que dão para a varanda, como nos corredores, ou mesmo no piso térreo, onde ainda podem encontrar-se restos de lambris de azulejos.

Como já antes referimos, pelo exterior há um arco que fica entre o palácio e a capela, servindo, antigamente, de acesso ao coro pelo piso superior. Para aceder ao interior da capela, entra-se por uma porta situada no interior do arco, do lado esquerdo. Ligada à capela existia a sacristia, onde ainda está um importante lavatório talvez desenhado por Mateus Vicente (Mónica, 2013, 241).

Devido à sua simplicidade, Branca Colaço descreveu este Palácio como uma «casa campestre» (Colaço, 2013, 125). Asseverou Ana Duarte Rodrigues opinou que «o palácio é a casa de apoio à “divisão” principal, que é o jardim. Este era a grande “sala” de convívio, onde se despendia mais tempo (...). Neste sentido, aqui se concentrou o luxo (...)» (Rodrigues, 2009, 25).

Não fazendo parte do espaço destinado a ser utilizado no âmbito do projecto Revive, devemos contudo deixar ainda algumas notas acerca do jardim, este, certamente, como já vimos, iniciado no tempo de D. Pedro III e concebido por Mateus Vicente. O jardim da Quinta Real de Caxias caracteriza-se pelo seu desenho geométrico de influência francesa (os denominados jardins à Le Nôtre) (Carvalho, 2004) ou italiana (segundo Mónica Queiroz, 2013, 239). Entre os canteiros de buxo surgem tanques e esculturas, que «contribuem para a criação de um espaço cenográfico e teatral». O conjunto é dimnado pela grande cascata situada no topo ocidental, que desagua no lago de Diana (cf. Carvalho, 2004). A cascata, que ttem do seu lado esquerdo uma gruta, introduz «o gosto pela imitação da natureza» (Carvalho, 2004). É «composta por galerias organizadas em trono (...), comunicantes entre si e com o jardim por quatro escadarias. Remata-o um pavilhão oitavado» (Leandro, 2007, 298). Este pavilhão é, por sua vez, coroado por uma garça real, em loiça, cuja simbologia invoca o Paraíso Terrestre. As esculturas, como vimos anteriormente, foram concebidas por Machado de Castro, e constituem o maior conjunto de esculturas de jardim em barro existente em Portugal (Rodrigues, 2013, 383-384). Ainda no jardim, de cada lado encontrava-se um pavilhão octogonal, que funcionavam originalmente como "casa do poço" e "casa da fruta" (Carvalho, 2004).

EPÍLOGO

Do que fica acima escrito, podemos tirar duas conclusões que se interligam. A primeira é a importância histórica, artística e patrimonial do Paço Real de Caxias, independentemente do facto de ser de pequenas dimensões relativamente ao jardim, ou em comparação com o seu contemporâneo e mais faustoso Palácio de Queluz. A outra conclusão é de que é urgente a reabilitação e reutilização para evitar que aumente a sua degradação.

Recentemente, o projecto Revive, procura encontrar uma solução para a reutilização do edifício, que tenciona afectar a totalidade do imóvel para uso turístico, incluindo uma edificação secundária de apoio à Edificação Principal. Este edifício, segundo cremos, corresponde ao lugar onde ficavam originalmente as habitações dos criados, sendo aquilo que hoje vemos datável do início do século XX. Este imóvel encontra-se também abandonado, mas merece algum interesse na sua preservação, pois a sua estilística exterior é coerente com a do antigo Paço. Pensamos que uma escada com ferro forjado, que fica neste imóvel, também deveria ser mantida.

Relativamente ao futuro do imóvel devemos reter que se deve preservar tanto quanto possível o edifício principal, que corresponde ao Paço propriamente dito e área adjacente, mais concretamente a capela. Seria importante recuperar a configuração original e, caso fosse possível, não só recolocar as telas (ou réplicas) nos respectivos lugares de onde foram retiradas. Seria ainda, nesse caso, enriquecedor que se conseguisse reconstituir os azulejos, mesmo que com réplicas, de modo a restituir o edifício à sua feição do final século XVIII e início do século XIX. Este trabalho de recuperação deveria ser realizado em coordenação com o que se está a realizar no jardim, complemento ideal e lógico para o Paço.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo SIPA: DGEMN:DSID-001/011-1560/2; DGEMN:DSID-001/011-1560/3; DGEMN:DSID-001/075-0006; DGEMN:DSARH-010/175-0055

BARBOSA, I. de Vilhena. 1863. “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inedito), Arrabaldes de Lisboa”. *Archivo Pittoresco*. Lisboa: Castro Irmão & C.^a, 1863, vol. 6, n.º 48, pp. 377-380.

BELOTO, Carlos. 2016. *Telas pintadas do Paço Real de Caxias*, Oeiras: Município de Oeiras.

BELOTO, Carlos. 2009. *Quinta Real de Caxias: restauro do património escultórico*. Oeiras: Câmara Municipal.

BRAGA, Paulo Drumond. 2013. *D. Pedro III*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CARVALHO, Rosário. 2004. “Os jardins, as esculturas e as duas salas com pintura decorativa do antigo Paço Real de Caxias”. *Património Cultural. Direcção-Geral do Património Cultural* [<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>], consultada a 3 de Outubro de 2017.

COLAÇO, Branca de Gonta. 2013. *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Diário do Governo, I série, 17 de Abril de 1953, p. 573.

DIAS, R.. 1986, 20 de Agosto. “Quinta Real de Caxias: A História, a lenda e o futuro (II)”. *A Voz de Paço de Arcos*.

FERNANDES, José Maria de Almeida. 1958. *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira. 1871-1958*. Caxias.

FRANÇA, José-Augusto. 1977. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand.

GUTIERREZ, José. 1970, 2 de Novembro. “De estância real a terra esquecida: Caxias sofre a «endemia» que atacou as povoações da periferia de Lisboa”. *O Século*, p. 8.

LEANDRO, Sandra. 2007. “Paço Real e Quinta de Caxias / Jardins”. ALMEIDA, Álvaro Duarte, BELO, Duarte (Dir.). *Portugal Património. Guia – Inventário*. Lisboa: Círculo de Leitores, II volume, 297-298.

MACHADO, Cirilo Volkmar. 1823. *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Impr. de Victorino Rodrigues da Silva.

MIRANDA, Jorge (a). 2002, 7 de Novembro. “Paço Real de Caxias: Contrastes do viver palaciano”. *Jornal da Região*. Estoril. Ed. 282, A°. VI, p. 5.

MIRANDA, Jorge (b). 2002, 28 de Novembro. “Paço Real de Caxias (IV): A corte na Aldeia”. *Jornal da Região*. Estoril. Ed. 285, A°. VI, p. 5

ORTIGÃO, Ramalho. 1876. *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme. 1906. *Portugal, Diccionario Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico,...*, Lisboa, vol. VI.

QUEIROZ, Mónica Ribas Marques Ribeiro de. 2013. *O architecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).

RODRIGUES, Ana Duarte, et al. 2009. *Quinta Real de Caxias: história, conservação e restauro*. Oeiras: Câmara Municipal.

RODRIGUES, Ana Duarte. 2013. “Elites, estratégias e especificidades da encomenda de escultura de jardim em Portugal (1670-1800)”. *Análise Social*, 207, XLVIII (2.º).

SANTANA, Dionísio. 1979. “Caxias”. *Guia de Portugal I. Generalidades. Lisboa e Arredores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 602-603. Edição de 1924, dirigida por Raul Proença.

SARAIVA, Carlos Alberto. 2004, 27 de Abril. “Quinta e Palácio Real de Caxias: vulto arquitectónico e paisagístico do séc. XVIII”. *Jornal de Oeiras*. A. 1, n.º 11, p. 5.

s.a.. 1987. *O Instituto de Altos Estudos Militares*. Lisboa: IAEM.

s.a.. 1905, 25 de Setembro. «O Paço Real de Caxias». *Ilustração Portuguesa*, pp. 748-749.

SILVEIRA, Ana Cláudia. 2009, 26 de Outubro. “Requalificação da Quinta Real de Caxias”. *O Correio da Linha*. A.º XXI, n.º 247, pp. 4-5.

SIMÕES, J. M. dos Santos. 1959. *Palácio da Quinta Real, Caxias*. Texto manuscrito, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.